

INFLUÊNCIA DOS DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE NO ACESSO AOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA NO BRASIL

INFLUENCE OF SOCIAL DETERMINANTS OF HEALTH ON ACCESS TO PRIMARY HEALTH CARE SERVICES IN BRAZIL

INFLUENCIA DE LOS DETERMINANTES SOCIALES DE LA SALUD EN EL ACCESO A LOS SERVICIOS DE ATENCIÓN PRIMARIA EN BRASIL

Josinaide Quaresma Trindade¹
Júlia Beatriz Faustino Moura²
Antônio Lucas Siqueira Ximenes³
Sara Samila Dias Melo⁴
Elaine Gomes Bôto⁵
Leila Cristina Severiano Agape⁶
Rafaela Maria da Silva Gomes⁷
Francisco Marcio Lima Albuquerque⁸
Wander Gabriel Souza Castro⁹
Bruna Cardoso do Amaral¹⁰
Letícia do Nascimento Silva¹¹
Ayara Almeida Souza Cabral¹²

RESUMO: Este estudo analisou a influência dos determinantes sociais da saúde no acesso aos serviços de Atenção Básica no Brasil, a partir de uma revisão narrativa da literatura. A saúde é compreendida como um direito social, sendo fortemente influenciada por fatores como renda, escolaridade, condições de moradia, trabalho e acesso a serviços essenciais. Nesse contexto, os determinantes sociais desempenham papel central na produção de desigualdades em saúde, afetando especialmente populações em situação de vulnerabilidade. A pesquisa, de abordagem qualitativa, foi realizada entre janeiro e março de 2026, com base em artigos publicados entre 2016 e 2022, selecionados em bases como SciELO, BVS, LILACS. Ao final, 12 estudos foram incluídos na análise, organizados em categorias temáticas que abordam os determinantes sociais, o acesso aos serviços, o papel da Atenção Básica e a influência desses fatores no acesso à saúde. Os resultados evidenciam que o acesso aos serviços de saúde é multidimensional, envolvendo aspectos geográficos, econômicos, organizacionais e socioculturais. Fatores como baixa renda, menor escolaridade, localização em regiões menos favorecidas e condições precárias de vida dificultam o acesso e a utilização adequada dos serviços. Apesar dos avanços promovidos pela Atenção Básica e pela Estratégia Saúde da Família, persistem desafios relacionados à organização dos serviços, à distribuição de recursos e à qualidade da atenção. Conclui-se que a redução das desigualdades em saúde exige ações intersetoriais que ultrapassem o setor sanitário, promovendo melhorias nas condições de vida da população e fortalecendo políticas públicas voltadas à equidade no acesso aos serviços de saúde.

Palavras-chave: Determinantes sociais da saúde. Acesso aos serviços de saúde. Atenção Básica. Sistema Único de Saúde. Desigualdades em saúde.

¹ Graduanda em Medicina- Universidade do Estado do Pará

² Bacharel em Serviço Social-Especialista em Saúde da Família- Universidade Estadual Vale do Acaraú.

³ Psicólogo Especialista em Saúde da Família- Universidade Federal do Ceará

⁴ Bacharel em Serviço Social-Especialista em Políticas Públicas e Rede de Defesa de Direitos – Universidade Norte do Pará

⁵ Bacharel em Serviço Social- Mestre em Gestão em Saúde- Universidade Estadual do Ceará

⁶ Bacharel em Serviço Social- Especialista em Saúde Pública- Universidade Estadual do Ceará.

⁷ Bacharel em Serviço Social-Especialista em Saúde da Família- Escola de Saúde Pública Visconde de Sabóia.

⁸ Bacharel em Odontologia- Especialista em Saúde da Família- Escola de Saúde Pública Visconde de Sabóia.

⁹ Graduando em Fisioterapia- Universidade da Amazônia.

¹⁰ Graduanda em Fisioterapia- Universidade da Amazônia.

¹¹ Graduanda em Enfermagem- Centro Universitário Brasileiro.

¹² Orientadora: Farmacêutica- Universidade Federal do Pará- Pós-graduanda em Farmácia Clínica e Prescrição Farmacêutica e Mestranda em Biologia Parasitária na Amazônia PGPBPA- Universidade do Estado do Pará.

ABSTRACT: This study analyzed the influence of social determinants of health on access to Primary Health Care services in Brazil, based on a narrative literature review. Health is understood as a social right and is strongly influenced by factors such as income, education, housing conditions, work, and access to essential services. In this context, social determinants play a central role in the production of health inequalities, especially affecting populations in vulnerable situations. The research, with a qualitative approach, was conducted between January and March 2026, based on articles published between 2016 and 2022, selected from databases such as SciELO, BVS, and LILACS. In total, 12 studies were included in the analysis, organized into thematic categories addressing social determinants, access to services, the role of Primary Health Care, and the influence of these factors on health access. The results show that access to health services is multidimensional, involving geographic, economic, organizational, and sociocultural aspects. Factors such as low income, lower education levels, location in less developed regions, and poor living conditions hinder access and the proper use of services. Despite advances promoted by Primary Health Care and the Family Health Strategy, challenges remain regarding service organization, resource distribution, and quality of care. It is concluded that reducing health inequalities requires intersectoral actions that go beyond the health sector, promoting improvements in living conditions and strengthening public policies aimed at equity in access to health services.

Keywords: Social determinants of health. Access to health services. Primary Health Care. Unified Health System. Health inequalities.

RESUMEN: Este estudio analizó la influencia de los determinantes sociales de la salud en el acceso a los servicios de Atención Primaria de Salud en Brasil, a partir de una revisión narrativa de la literatura. La salud se entiende como un derecho social y está fuertemente influenciada por factores como ingresos, nivel educativo, condiciones de vivienda, trabajo y acceso a servicios esenciales. En este contexto, los determinantes sociales desempeñan un papel central en la producción de desigualdades en salud, afectando especialmente a las poblaciones en situación de vulnerabilidad. La investigación, con enfoque cualitativo, se realizó entre enero y marzo de 2026, basada en artículos publicados entre 2016 y 2022, seleccionados en bases de datos como SciELO, BVS y LILACS. En total, se incluyeron 12 estudios en el análisis, organizados en categorías temáticas que abordan los determinantes sociales, el acceso a los servicios, el papel de la Atención Primaria y la influencia de estos factores en el acceso a la salud. Los resultados evidencian que el acceso a los servicios de salud es multidimensional, involucrando aspectos geográficos, económicos, organizativos y socioculturales. Factores como bajos ingresos, menor nivel educativo, ubicación en regiones menos favorecidas y condiciones de vida precarias dificultan el acceso y el uso adecuado de los servicios. A pesar de los avances promovidos por la Atención Primaria de Salud y la Estrategia de Salud de la Familia, persisten desafíos relacionados con la organización de los servicios, la distribución de recursos y la calidad de la atención. Se concluye que la reducción de las desigualdades en salud requiere acciones intersectoriales que superen el sector sanitario, promoviendo mejoras en las condiciones de vida de la población y fortaleciendo políticas públicas orientadas a la equidad en el acceso a los servicios de salud.

Palabras clave: Determinantes sociales de la salud. Acceso a los servicios de salud. Atención Primaria de Salud. Sistema Único de Salud. Desigualdades en salud.

INTRODUÇÃO

A saúde, enquanto direito social garantido pela Constituição Federal de 1988, está diretamente relacionada às condições de vida da população, sendo influenciada por múltiplos fatores que extrapolam o campo biológico. Nesse contexto, os determinantes sociais da saúde (DSS) emergem como elementos centrais para a compreensão do processo saúde-doença, englobando aspectos como renda, escolaridade, condições de moradia, trabalho e acesso a serviços essenciais (Barata, 2024).

A abordagem dos determinantes sociais da saúde evidencia que as desigualdades sociais impactam diretamente os níveis de saúde e o acesso aos serviços, contribuindo para a manutenção de iniquidades. No Brasil, essas desigualdades são historicamente estruturadas e se refletem na distribuição desigual de recursos e oportunidades, afetando principalmente populações em situação de vulnerabilidade social (Nascimento et al., 2026).

O acesso aos serviços de saúde, por sua vez, é um conceito complexo e multidimensional, que envolve não apenas a disponibilidade dos serviços, mas também fatores econômicos, sociais, culturais e organizacionais. Assim, o acesso não se limita à entrada no sistema de saúde, mas inclui a continuidade do cuidado e a resolutividade das ações ofertadas (Assis; Jesus, 2012).

No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Atenção Básica (AB) constitui a principal porta de entrada e desempenha papel estratégico na organização do cuidado e na promoção da equidade em saúde. A expansão da Atenção Primária à Saúde tem contribuído para a ampliação do acesso, embora persistam desafios relacionados às desigualdades regionais e às condições socioeconômicas da população (Giovanella; Franco; Almeida, 2020).

Para Barata (2024), as condições sociais e econômicas exercem influência direta sobre o processo saúde-doença, sendo fundamentais para compreender as desigualdades em saúde. Nesse sentido, fatores como renda, escolaridade, localização geográfica e condições de vida podem atuar tanto como barreiras quanto como facilitadores do cuidado, uma vez que condicionam não apenas a capacidade dos indivíduos de buscar atendimento, mas também a forma como utilizam os serviços disponíveis.

Além disso, aspectos relacionados à organização dos serviços, como disponibilidade de profissionais, acolhimento, vínculo com a equipe e qualidade da atenção prestada, também influenciam significativamente o acesso. Diante disso, a percepção dos usuários e profissionais evidencia que o acesso à Atenção Básica é condicionado tanto por fatores estruturais quanto por elementos subjetivos e relacionais (Macinko; Mendonça, 2018).

Diante desse cenário, torna-se fundamental compreender como os determinantes sociais da saúde influenciam o acesso aos serviços de Atenção Básica no Brasil, considerando as especificidades do contexto social e regional. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo analisar a influência desses determinantes no acesso aos serviços de saúde, buscando evidenciar de que maneira fatores sociais, econômicos e territoriais condicionam desigualdades no uso e na oferta da Atenção Básica.

MÉTODOS

A presente pesquisa caracteriza-se como uma revisão narrativa da literatura, de abordagem qualitativa. A revisão narrativa configura-se como uma abordagem metodológica pertinente para a compreensão de fenômenos complexos no campo da saúde coletiva, ao possibilitar uma análise interpretativa e abrangente das produções científicas disponíveis. Conforme destacado por Rother (2007), esse tipo de revisão favorece a integração de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, contribuindo para a construção de uma visão ampliada e crítica sobre o objeto de estudo.

A busca bibliográfica foi realizada de forma não sistemática, no período de janeiro a março de 2026, em bases de dados amplamente reconhecidas na área da saúde, incluindo a Scientific Electronic Library Online (SciELO), a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e a Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). A estratégia de busca foi orientada pela seguinte questão norteadora: como os determinantes sociais da saúde influenciam o acesso aos serviços de Atenção Básica no Brasil?

Para a identificação dos estudos, foram utilizados descritores controlados e não controlados, combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR, a saber: “determinantes sociais da saúde”, “acesso aos serviços de saúde”, “atenção básica”, “atenção primária à saúde” e “Brasil”. Essa estratégia possibilitou a recuperação de produções científicas relevantes e alinhadas ao objetivo do estudo.

Como critérios de inclusão, foram considerados artigos científicos completos, publicados no período de 2016 a 2022, disponíveis na íntegra, em português, e que abordassem o tema do acesso aos serviços de Atenção Básica. Foram excluídos estudos duplicados, publicações que não apresentavam aderência ao tema proposto, além de artigos internacionais que não contemplassem a realidade do Sistema Único de Saúde.

O processo de seleção dos estudos ocorreu em etapas. Inicialmente, realizou-se a leitura dos títulos e resumos para identificação dos trabalhos potencialmente relevantes, em seguida, procedeu-se à leitura na íntegra dos artigos selecionados, resultando em um total de 12 artigos para a análise final. Os estudos selecionados foram organizados e analisados de forma descritiva e interpretativa, buscando identificar padrões, convergências, divergências e lacunas na produção científica recente.

Por fim, os dados extraídos dos estudos incluídos foram sistematizados em categorias temáticas, com o objetivo de facilitar a análise e a discussão dos achados. Essa etapa permitiu compreender de forma crítica como os determinantes sociais da saúde influenciam o acesso aos serviços de Atenção Básica no Brasil, contribuindo para a construção de uma análise fundamentada e alinhada às evidências científicas atuais.

RESULTADOS

Os resultados desta revisão narrativa foram construídos a partir da análise de 12 estudos científicos nacionais, publicados no período de 2016 a 2022, selecionados conforme os critérios previamente estabelecidos. Os estudos incluídos abordam diferentes dimensões relacionadas aos determinantes sociais da saúde e ao acesso aos serviços de Atenção Básica no Brasil, permitindo uma análise abrangente e contextualizada do tema.

Para melhor organização e compreensão dos achados, os resultados foram estruturados em categorias temáticas, contemplando: determinantes sociais da saúde, acesso aos serviços de saúde, o papel da Atenção Básica no Sistema Único de Saúde e a influência dos determinantes sociais no acesso aos serviços. Essa organização possibilita a sistematização do conhecimento produzido na literatura, evidenciando padrões, convergências e aspectos relevantes para a compreensão do fenômeno estudado.

Determinantes Sociais da Saúde: conceitos e aplicações no Brasil

Os determinantes sociais da saúde (DSS) constituem um conjunto de fatores sociais, econômicos, culturais e ambientais que influenciam diretamente o processo saúde-doença, sendo fundamentais para a compreensão das desigualdades em saúde. No contexto brasileiro, tem sido amplamente discutida no campo da determinação social da saúde, as condições estruturais da sociedade como elementos centrais na produção de iniquidades (Silva; Bicudo, 2022).

Os DSS estão diretamente relacionados à organização social e à distribuição desigual de recursos, influenciando de maneira significativa os perfis de adoecimento e mortalidade. Nesse sentido, desigualdades de renda, escolaridade e condições de vida configuram-se como elementos estruturantes das disparidades em saúde no Brasil, impactando especialmente grupos em situação de vulnerabilidade social (Wendt et al., 2022).

Além disso, a análise dos DSS no Brasil evidencia importantes disparidades regionais, com destaque para as regiões Norte e Nordeste, onde as condições socioeconômicas são mais desfavoráveis. Esse cenário reforça a necessidade de políticas públicas que considerem as especificidades territoriais e promovam a equidade no acesso aos serviços de saúde. Assim, os DSS configuram-se como elementos centrais na explicação das iniquidades em saúde, exigindo abordagens integradas e intersetoriais (Barreto, 2017).

Adicionalmente, destaca-se que a compreensão dos determinantes sociais da saúde no Brasil está fortemente associada ao conceito de equidade, entendido como a oferta de condições diferenciadas para atender necessidades distintas. Logo, a persistência de desigualdades sociais está relacionada não apenas à renda, mas também ao acesso desigual a políticas públicas estruturantes, como educação e saneamento básico, que influenciam diretamente os indicadores de saúde (Szwarcwald et al., 2021).

Além disso, evidências apontam que a análise dos DSS deve considerar a intersetorialidade como estratégia fundamental para o enfrentamento das iniquidades em saúde. Nesse contexto, políticas públicas que articulam diferentes setores, como saúde, educação e assistência social, têm maior potencial de impacto na redução das desigualdades, sobretudo em populações vulneráveis. Dessa forma, a literatura recente reforça que a superação das iniquidades em saúde no Brasil depende de ações estruturais e integradas, capazes de atuar sobre os determinantes mais amplos do processo saúde-doença (Giovanella; Franco; Almeida, 2020; Barreto, 2017).

Acesso aos serviços de saúde: dimensões e desafios

O acesso aos serviços de saúde é um conceito multidimensional que envolve não apenas a disponibilidade de serviços, mas também a capacidade dos indivíduos de utilizá-los de forma oportuna e adequada. Estudos indicam que o acesso deve ser compreendido a partir de diferentes dimensões, incluindo aspectos geográficos, econômicos, organizacionais e socioculturais, que podem atuar tanto como facilitadores quanto como barreiras (Viacava et al., 2018).

No Brasil, apesar dos avanços proporcionados pelo Sistema Único de Saúde, persistem desigualdades significativas no acesso e na utilização dos serviços de saúde. Evidências apontam que fatores sociodemográficos, como renda, escolaridade e faixa etária, influenciam diretamente os padrões de utilização desses serviços, refletindo um cenário de iniquidades no acesso (Szwarcwald et al., 2021). Essas desigualdades se expressam não apenas na frequência de uso, mas também nas condições em que o atendimento é ofertado à população.

Além das dimensões já discutidas, destaca-se que a acessibilidade geográfica ainda representa um dos principais desafios para a efetivação do acesso no Brasil, especialmente em territórios periféricos e regiões com baixa densidade de serviços de saúde. A distribuição desigual das unidades de saúde e a dificuldade de deslocamento, associada a limitações de infraestrutura urbana e transporte, configuram barreiras concretas que dificultam o acesso oportuno da população, sobretudo em áreas rurais e regiões Norte e Nordeste (Giovanella; Franco; Almeida, 2020). Esse cenário evidencia que a simples existência de serviços não garante sua acessibilidade, sendo necessário considerar a organização territorial do sistema de saúde.

Outro aspecto relevante refere-se à acessibilidade econômica, mesmo em um sistema público universal como o Sistema Único de Saúde (SUS). Embora o SUS seja gratuito no ponto de uso, custos indiretos, como transporte, perda de jornada de trabalho e aquisição de medicamentos não disponíveis na rede pública, podem limitar o acesso, especialmente entre populações de baixa renda. Logo, esses fatores contribuem para a desigualdade na utilização dos serviços, reforçando a relação entre condições socioeconômicas e acesso à saúde (Boing et al., 2019).

Nesse sentido, elementos como: acolhimento, vínculo com os profissionais e respeito às especificidades culturais dos usuários são fundamentais para a efetivação do acesso, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade. Assim, a qualidade das interações entre usuários e serviços de saúde pode atuar como facilitador ou barreira ao acesso, impactando diretamente a adesão ao cuidado e a resolutividade das ações em saúde (Nora; Junges, 2016).

Atenção Básica como porta de entrada do SUS

A Atenção Básica (AB) é reconhecida como a principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), desempenhando papel estratégico na organização da rede de atenção e na coordenação do cuidado. Esse nível de atenção é responsável por ações de promoção, prevenção, diagnóstico e tratamento, sendo fundamental para a consolidação de um modelo de

atenção à saúde centrado nas necessidades da população (Giovanella et al., 2020). Nesse contexto, a AB assume função essencial na ordenação do cuidado, atuando como primeiro contato dos usuários com o sistema de saúde.

A Estratégia Saúde da Família (ESF) destaca-se como principal modelo de organização da Atenção Primária no Brasil, contribuindo significativamente para a ampliação do acesso aos serviços de saúde. Evidências indicam que a expansão da ESF está associada à melhoria de indicadores de saúde, redução de internações por condições sensíveis à atenção primária e aumento da equidade no acesso. Além disso, a presença das equipes multiprofissionais fortalece o vínculo com a comunidade e favorece práticas de cuidado mais integrais (Macinko; Mendonça, 2018).

Entretanto, apesar dos avanços, ainda existem desafios relacionados à organização dos serviços, à disponibilidade de profissionais e à integração entre os diferentes níveis de atenção. A coordenação do cuidado, elemento essencial da Atenção Básica, ainda apresenta fragilidades, especialmente em regiões com menor infraestrutura de saúde. Tais limitações comprometem a continuidade do cuidado e a efetividade das ações desenvolvidas no âmbito da atenção primária (Bousquat et al., 2017).

Adicionalmente, a literatura recente destaca que a resolutividade da Atenção Básica depende não apenas da ampliação da cobertura, mas também da qualidade dos serviços ofertados. Aspectos como qualificação profissional, disponibilidade de insumos e organização dos processos de trabalho influenciam diretamente a capacidade da AB de responder às demandas da população. Nesse sentido, estudos apontam que melhorias na qualidade da atenção estão associadas a melhores desfechos em saúde e maior satisfação dos usuários (Facchini et al., 2018).

Outro ponto relevante refere-se à necessidade de fortalecimento da integração entre a Atenção Básica e os demais níveis de atenção à saúde. A fragmentação dos serviços ainda representa um desafio importante para o SUS, dificultando o encaminhamento adequado dos usuários e a continuidade do cuidado. A articulação efetiva entre os pontos da rede de atenção é fundamental para garantir a integralidade da assistência e otimizar o funcionamento do sistema (Mendes, 2018).

Por fim, destaca-se que a Atenção Básica possui papel estratégico na redução das desigualdades em saúde, especialmente quando orientada pelos princípios da equidade e da territorialização. A atuação próxima às comunidades permite a identificação de

vulnerabilidades e a implementação de ações mais direcionadas às necessidades locais. No entanto, para que esse potencial seja plenamente alcançado, é necessário investir no fortalecimento das políticas públicas e na qualificação contínua da atenção primária, consolidando-a como eixo estruturante do SUS (Giovanella; Franco; Almeida 2020).

Influência dos determinantes sociais no acesso à Atenção Básica

A influência dos determinantes sociais da saúde no acesso à Atenção Básica é amplamente evidenciada na literatura, destacando-se fatores como renda, escolaridade, localização geográfica e condições de vida. A renda, por exemplo, exerce impacto direto no acesso aos serviços, sendo que indivíduos em situação de pobreza enfrentam maiores dificuldades para acessar cuidados de saúde, seja por barreiras financeiras ou estruturais (Wendt et al., 2022).

A escolaridade também desempenha papel relevante, uma vez que níveis mais baixos de instrução estão associados à menor utilização dos serviços de saúde e à dificuldade de compreensão das orientações médicas. Esse fator contribui para a perpetuação de desigualdades no cuidado, afetando principalmente populações mais vulneráveis (Szwarcwald et al., 2021).

A localização geográfica constitui outro determinante importante, especialmente em um país com dimensões continentais como o Brasil. Regiões com menor desenvolvimento socioeconômico, como Norte e Nordeste, apresentam maiores desafios no acesso aos serviços de saúde, incluindo menor disponibilidade de unidades e profissionais (Giovanella et al., 2020).

Além disso, as condições de vida, incluindo moradia precária, ausência de saneamento básico e contextos familiares vulneráveis, influenciam diretamente a saúde e o acesso aos serviços. Sob essa perspectiva, populações expostas a condições socioeconômicas desfavoráveis apresentam maior carga de doenças e enfrentam barreiras estruturais persistentes no acesso aos serviços de saúde, como menor disponibilidade de recursos e dificuldades de deslocamento (Barreto, 2017).

Adicionalmente, observa-se que fatores relacionados ao trabalho e à inserção no mercado laboral também influenciam o acesso à Atenção Básica. Indivíduos submetidos a condições de trabalho precárias, jornadas extensas ou informalidade tendem a apresentar maior dificuldade para buscar atendimento em horários convencionais das unidades de saúde, o que limita o acesso oportuno e contínuo aos serviços. Estudos apontam que essa realidade afeta especialmente

populações urbanas vulneráveis, evidenciando a necessidade de reorganização dos serviços de saúde para atender diferentes perfis de usuários (Boing et al., 2019).

Por fim, destaca-se que aspectos socioculturais, como gênero, raça e pertencimento étnico, também desempenham papel relevante na determinação do acesso aos serviços de saúde. Evidências indicam que populações negras, indígenas e outros grupos historicamente marginalizados enfrentam maiores barreiras no acesso e na qualidade da atenção recebida, refletindo desigualdades estruturais presentes na sociedade brasileira (Szwarcwald et al., 2021).

DISCUSSÃO

Os achados deste estudo evidenciam que os determinantes sociais da saúde exercem influência direta e significativa sobre o acesso aos serviços de Atenção Básica no Brasil, confirmando o objetivo proposto de analisar essa relação à luz da literatura científica nacional. Observa-se que fatores como renda, escolaridade, localização geográfica e condições de vida atuam como elementos estruturantes das desigualdades no acesso, interferindo tanto na busca quanto na utilização dos serviços de saúde. Nesse sentido, a análise realizada reforça que o acesso à saúde não pode ser compreendido de forma isolada, sendo indissociável das condições sociais que moldam a vida da população.

Além disso, verifica-se que a desigualdade socioeconômica permanece como um dos principais determinantes das iniquidades em saúde no país. A literatura analisada demonstra convergência ao apontar que indivíduos em situação de maior vulnerabilidade social apresentam maiores dificuldades de acesso aos serviços, seja por barreiras econômicas, geográficas ou organizacionais. Além disso, fatores como baixa escolaridade contribuem para a limitação do uso adequado dos serviços, evidenciando que o acesso envolve não apenas disponibilidade, mas também capacidade de compreensão e utilização dos cuidados ofertados.

Outro aspecto relevante refere-se às desigualdades regionais, amplamente destacadas nos estudos analisados. Observa-se que regiões historicamente menos favorecidas, como Norte e Nordeste, apresentam maiores fragilidades na oferta de serviços de saúde, o que impacta diretamente o acesso da população. Essa realidade reforça a necessidade de políticas públicas que considerem as especificidades territoriais, uma vez que a distribuição desigual de recursos contribui para a perpetuação de iniquidades no sistema de saúde brasileiro.

No que se refere à Atenção Básica, os resultados apontam que, apesar de seu papel estratégico como porta de entrada do Sistema Único de Saúde, ainda existem desafios

relacionados à sua organização e funcionamento. A Estratégia Saúde da Família, embora reconhecida como um importante instrumento de ampliação do acesso, não é suficiente, por si só, para eliminar as desigualdades existentes. Observa-se que fatores como insuficiência de profissionais, limitações estruturais e fragilidades na coordenação do cuidado comprometem a efetividade das ações desenvolvidas nesse nível de atenção.

Apesar dos avanços observados nas últimas décadas, especialmente com a expansão da Atenção Primária à Saúde, a literatura evidencia que o Sistema Único de Saúde ainda enfrenta importantes limitações no enfrentamento das iniquidades. O SUS tem desempenhado papel fundamental na ampliação do acesso e na melhoria das condições de saúde da população, porém não tem sido suficiente para superar completamente as desigualdades estruturais que permeiam a sociedade brasileira. Esse cenário evidencia que as políticas de saúde, embora essenciais, não são suficientes isoladamente, sendo necessária a articulação com outras políticas sociais.

Dessa forma, a análise crítica dos estudos reforça que o enfrentamento das desigualdades em saúde exige uma abordagem intersetorial, que considere os determinantes sociais como elementos centrais na formulação de políticas públicas. Observa-se que, para além da ampliação da oferta de serviços, é fundamental investir em estratégias que promovam equidade, atuando sobre as condições de vida da população. Assim, conclui-se que, embora o SUS represente um dos maiores avanços sociais do país, sua capacidade de reduzir iniquidades está diretamente condicionada à integração de ações estruturais que transcendam o setor saúde.

CONCLUSÃO

A análise desenvolvida neste estudo permitiu compreender, de forma aprofundada, a influência dos determinantes sociais da saúde no acesso aos serviços de Atenção Básica no Brasil, evidenciando que fatores sociais, econômicos e territoriais exercem papel decisivo na produção de desigualdades no sistema de saúde. Ao retomar o objetivo proposto, verifica-se que o acesso à saúde não se restringe à disponibilidade de serviços, sendo fortemente condicionado pelas condições de vida da população, o que reforça a centralidade dos determinantes sociais na organização e efetividade das ações em saúde.

Os resultados apontam que variáveis como renda, escolaridade, localização geográfica e condições de moradia configuram-se como elementos estruturantes das iniquidades em saúde, influenciando diretamente tanto a utilização quanto a qualidade do acesso aos serviços de Atenção Básica. Nesse sentido, observa-se que populações em situação de maior vulnerabilidade

social enfrentam barreiras mais intensas, o que compromete a equidade no sistema e perpetua ciclos de exclusão social e sanitária.

Ademais, destaca-se que, embora a Atenção Básica e a Estratégia Saúde da Família tenham promovido avanços significativos na ampliação do acesso e na melhoria de indicadores de saúde, tais iniciativas ainda não são suficientes para eliminar as desigualdades existentes. Persistem desafios relacionados à organização dos serviços, à distribuição de recursos e à capacidade de resposta do sistema frente às demandas da população, especialmente em regiões historicamente menos favorecidas.

Nesse contexto, o Sistema Único de Saúde reafirma-se como uma das principais conquistas sociais do Brasil, desempenhando papel fundamental na promoção da equidade e na garantia do direito à saúde. No entanto, os achados evidenciam que sua atuação, embora essencial, encontra limites diante das desigualdades estruturais que caracterizam a sociedade brasileira, indicando que o enfrentamento das iniquidades em saúde exige ações que ultrapassem o setor sanitário.

Dessa forma, torna-se imprescindível o fortalecimento de políticas públicas intersetoriais que atuem sobre os determinantes sociais da saúde, promovendo melhorias nas condições de vida da população e reduzindo as desigualdades sociais. Estratégias que integrem saúde, educação, assistência social, saneamento e desenvolvimento urbano mostram-se fundamentais para a construção de um sistema de saúde mais justo, resolutivo e equitativo.

Por fim, ressalta-se a necessidade de ampliação de estudos que aprofundem a compreensão das relações entre determinantes sociais e acesso à saúde, especialmente considerando as especificidades regionais e os diferentes contextos de vulnerabilidade. A produção de evidências científicas nessa área é essencial para subsidiar a tomada de decisão e orientar a formulação de políticas públicas mais eficazes, contribuindo para a consolidação da Atenção Primária à Saúde como eixo estruturante de um sistema de saúde comprometido com a equidade e a justiça social.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Marluce Maria Araújo; JESUS, Washington Luiz Abreu de. Acesso aos serviços de saúde: abordagens, conceitos, políticas e modelo de análise. *Ciência & saúde coletiva*, v. 17, p. 2865-2875, 2012.

BARATA, Rita de Cássia Barradas. Determinantes sociais em saúde: ensaio teórico. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, v. 37, p. 1-7, 2024.

BARRETO, Mauricio Lima. Desigualdades en salud: una perspectiva global. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 2097-2108, 2017.

BOING, Alexandra Crispim et al. Desigualdades socioeconômicas no gasto direto em saúde no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 53, p. 1-10, 2019.

BOING, Alexandra Crispim; BERTOLDI, Andréa Dâmaso; PERES, Karen Glazer. Desigualdades socioeconômicas nos gastos e comprometimento da renda com medicamentos no Sul do Brasil. **Revista de saúde pública**, v. 45, n. 5, p. 897-905, 2011.

BOUSQUAT, Aylene et al. Atenção primária à saúde e coordenação do cuidado nas regiões de saúde: perspectiva de gestores e usuários. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 1141-1154, 2017.

DO NASCIMENTO, Maria Eduarda Bezerra et al. DETERMINANTES SOCIAIS AS SAUDE E DESIGUALDADE NO ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 8, n. 3, p. 1050-1060, 2026.

FACCHINI, Luiz Augusto et al. Desempenho da Atenção Primária à Saúde no Brasil: avanços e desafios. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. esp. 1, p. 208-223, 2018.

GIOVANELLA, Ligia; FRANCO, Cassiano Mendes; ALMEIDA, Patty Fidelis de. Política Nacional de Atenção Básica: para onde vamos? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 1475-1482, 2020.

MACINKO, James; MENDONÇA, Claunara Schilling. Estratégia Saúde da Família, um forte modelo de Atenção Primária à Saúde que traz resultados. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. spe1, p. 18-37, 2018.

MENDES, Eugênio Vilaça. O cuidado das condições crônicas na atenção primária à saúde. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 31, n. 2, p. 1-3, 2018.

NORA, Carlise Rigon Dalla; JUNGES, José Roque. Política de humanização na atenção básica: revisão sistemática. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 50, p. 1-11, 2016.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisión sistemática X Revisión narrativa. **Acta paulista de enfermagem**, v. 20, p. v-vi, 2007.

SILVA, Leticia Batista; BICUDO, Valéria. Determinantes sociais e determinação social do processo saúde-doença: discutindo conceitos e perspectivas. Santos TVC, Silva LB, Machado TO, organizadores. Trabalho e saúde: diálogos críticos sobre crises. Rio de Janeiro: **Mórula**, p. 115-131, 2022.

SZWARCWALD, Célia Landmann et al. Mudanças no padrão de utilização de serviços de saúde no Brasil entre 2013 e 2019. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, supl. 1, p. 2515-2528, 2021.

VIACAVA, Francisco et al. SUS: oferta, acesso e utilização de serviços de saúde nos últimos 30 anos. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1751-1762, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.06022018>.

WENDT, Andrea et al. Desigualdades socioeconômicas no acesso aos serviços de saúde: um estudo de base populacional no sul do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 793-802, 2022.